



Número do Processo: 18/23.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA. CRIAÇÃO DO DIA MUNICIPAL DO SKATE. OBEDIÊNCIA AO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA. OBEDIÊNCIA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO. CONSTITUCIONALIDADE.

PARECER

1 – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei Ordinária de autoria do Vereador Professor Marcos Carvalho que "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO 'DIA MUNICIPAL DO SKATE'".

2 – FUNDAMENTAÇÃO

2.1 – DA CONSTITUCIONALIDADE MATERIAL DO PROJETO

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 217, *caput*, dispõe que é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um. Isto mostra a importância que o nosso ordenamento confere ao esporte, o que não poderia ser diferente, afinal com auxílio dele os indivíduos passam a ter uma vida mais saudável e se desenvolvem plenamente.

Tendo em vista que a propositura visa a dar concretude a este mandamento constitucional (uma vez que cria uma data no Município em homenagem a um esporte, qual seja, o skate), além de não haver nenhuma afronta a preceito ou princípio da Carta Magna em seu texto, não há que se falar em inconstitucionalidade material. Destarte, não há prejuízo à continuidade da análise que aqui se faz.



2.2 – DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO PARA LEGISLAR ACERCA DO ASSUNTO

Segundo Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo, “a repartição constitucional de competências é a técnica utilizada para distribuir entre as pessoas políticas de um Estado do tipo federativo as diferentes atividades de que ele é incumbido”¹. Esta foi a maneira encontrada a fim de que houvesse um certo grau de equilíbrio entre as diferentes entidades que compõem a República brasileira.

Em relação ao desporto, matéria da propositura aqui discutida, o artigo 24, inciso IX, do texto constitucional, estipula que compete à União, Estados e Distrito Federal legislar concorrentemente sobre ele.

Porém esta competência também é atribuída aos Municípios, afinal eles podem legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e a estadual, no que couber (conforme artigo 30, incisos I e II, da Constituição Federal). Ora, a criação de um dia em homenagem ao skate no âmbito da cidade de Anápolis se amolda a estes dispositivos constitucionais.

Sendo assim, é permitido que a propositura verse sobre a matéria, pois inexistente a chamada inconstitucionalidade formal orgânica, aquela que incide quando um ente federativo não observa a competência de outro ente para criar normas acerca de um assunto.

2.3 – DA COMPETÊNCIA CONCORRENTE PARA INICIAR O PROCESSO LEGISLATIVO VERSANDO SOBRE A MATÉRIA

O processo legislativo, conforme Pedro Lenza², “consiste nas regras procedimentais, constitucionalmente previstas, para a elaboração das espécies normativas, regras estas a serem criteriosamente observadas pelos ‘atores’ envolvidos no processo”. O eminente doutrinador o divide em 3 fases, quais sejam: iniciativa, constitutiva e complementar.

¹ Direito Administrativo Descomplicado, 29ª edição, 2021, página 815.

² Direito Constitucional Esquematizado, 25ª edição, 2021, página 909.



Em relação à primeira delas, é mister explicar que existe em nosso ordenamento jurídico algumas hipóteses de deflagração do procedimento, como a geral, a concorrente, a privativa, a popular, a conjunta, a do artigo 67 da Constituição Federal e a parlamentar ou a extraparlamentar.

Pois bem, o que nos importa nesta análise é a privativa, afinal algumas leis só podem ter o seu processo iniciado por determinada pessoa ou órgão, porém este não é o caso da propositura. Isto, pois a Carta Magna, em seu artigo 61, § 1º, não determina que a matéria tenha o seu procedimento legislativo deflagrado pelo Chefe do Poder Executivo.

Tal dispositivo deve ser observado por todos os entes em homenagem ao princípio da simetria (ou seja, os temas ali elencados deverão ser iniciados não só pelo Presidente da República, mas também pelos Governadores e Prefeitos), conforme ensina Pedro Lenza³:

As hipóteses previstas na Constituição Federal de iniciativa reservada do Presidente da República, pelos princípios da simetria e da separação de Poderes, devem ser observadas em âmbito estadual, distrital e municipal, ou seja, referidas matérias terão de ser iniciadas pelos Chefes do Executivo [...]

No mesmo sentido, a Lei Orgânica de Anápolis não exige que o processo legislativo versando sobre a matéria seja deflagrada pelo Prefeito (artigo 54). Destarte não há na proposta a chamada inconstitucionalidade formal subjetiva apenas pelo fato de ter sido apresentada pela Câmara dos Vereadores.

2.4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A forma escolhida, qual seja, propositura de Lei Ordinária, é correta, pois não há necessidade de mudança na Lei Orgânica do Município (artigo 48 desse Diploma Legal), não houve delegação legislativa (artigo 51) e o assunto não se apresenta entre aqueles que devem ser regulados por Lei Complementar (artigo 49), por Decreto Legislativo (artigo 62) ou por Resolução (artigo 64).

³ Direito Constitucional Esquematizado, 25ª edição, 2021, página 914.



**CÂMARA
MUNICIPAL**
DE ANÁPOLIS


Por fim, o Regimento Interno desta Casa explica que proposta de Lei é a proposição que tem o objetivo de regular todo e qualquer tema de competência do Município, apresentado em 2 (dois) turnos de votação e sujeito à sanção do Prefeito (art. 98).

3 – CONCLUSÃO

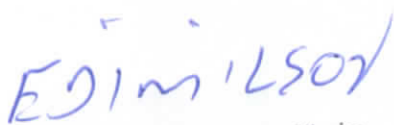
Ante o exposto, tendo em vista que foram observados os preceitos da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município de Anápolis e do Regimento Interno desta Câmara dos Vereadores, opina-se **FAVORAVELMENTE** à regular tramitação da proposição de Lei Ordinária aqui discutida.

É o parecer.

Anápolis, 14 de fevereiro de 2023.


Vereador(a) Relator(a)

Cleide M. Hilário de Barros
VEREADORA



Edmilson Ferre de Oliveira
VEREADOR


Lisleux José Borges
Vereador PT



Andreia Rezende de Faria
VEREADORA

IBRG